INSTITUIÇÕES DE CONTROLE EXTERNO: UMA ANÁLISE DAS OBSTRUÇÕES E DAS FRAGILIDADES NA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS NA GUINÉ-BISSAU

Irina Mandica[1]
Luís Miguel Dias Caetano[2]

RESUMO

A presente pesquisa abordou sobre o controle externo em instituições na Guiné-Bissau, focando no caso específico o Tribunal de Contas que é uma das mais importantes no que tange ao processo do controle e avaliação das despesas nas instituições estatais no país. Em relação a trajetória histórica do país após a sua independência, observa-se que ele tem produzido resultados indesejáveis. Perante o exposto, este estudo que contemplou uma análise das obstruções e das fragilidades na atuação do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau num horizonte temporal que compreende o período entre 2009 e 2020. A recorte inicial se refere ao contexto socio-temporal em que aconteceu uma das maiores fatalidades no país, a saber: o assassinato do presidente da república e chefe do estado maior general das forças armadas, o que culminou na formação de um governo de transição. No desenvolvimento da pesquisa, buscou-se responder às seguintes questões de pesquisa: A que se devem as obstruções nas atuações do Tribunal de Contas? Até que ponto os fatores estruturais contribuem na fragilização das instituições do controle externo? Que ações e políticas devem ser empreendidas para resgatar as instituições de controle externo nas mãos dos atores políticos? Essas inquietações/questões de pesquisa nos levarão a compreender as causas das obstruções e fragilidades nas atuações do Tribunal de Contas que, até então, se verificam, e assim como nos possibilitará a propor soluções para esses entraves. O objetivo geral desta pesquisa foi compreender os desafios e perspectivas de atuação das instituições de controle externo na Guiné-Bissau, com ênfase na atuação do Tribunal de Contas. Para tanto, seus objetivos específicos se voltaram a analisar a importância do controle externo para a administração pública, identificar as obstruções na atuação do tribunal de contas e suas causalidades e avaliar as fragilidades nas ações do tribunal de contas e identificar as possíveis soluções.

Palavras-chave: Controle externo; Tribunal de contas; Guiné-Bissau.

UNILAB-CE, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Administração Pública , Discente, irinamandica98mandica@gmail.com[1]
UNILAB-CE, ICSA- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas , Docente, migueldias@unilab.edu.br[2]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordou sobre o controle externo em instituições na Guiné-Bissau, focando no caso específico o Tribunal de Contas que é uma das mais importantes no que tange ao processo do controle e avaliação das despesas nas instituições estatais no país. Em relação a trajetória histórica do país após a sua independência, observa-se que ele tem produzido resultados indesejáveis. Após a independência, a Guiné-Bissau passou a ser dirigida pelos combatentes cuja sua grande parte não tinha competências em termos de organização e liderança. Como resultado, esses dirigentes sequestraram o país e passaram a usar a máquina estatal a favor deles, ou seja, criaram instituições extrativistas que em vez de usar recursos públicos para prover serviços básicos para a população sugavam tais recursos para seus fins particulares (Mango, 2020).

Somado a isso, o país começou a enfrentar uma cifra considerável de problemas, começando pelas disputas e excessivas crispações políticas, sequestro das instituições estatais e politização das instituições de controle e assim como a falta de tolerância mútua entre os atores políticos que geraram instabilidades políticas comuns que na maioria das vezes envolvia a classe castrense.

Perante o exposto, este estudo contemplou uma análise das obstruções e das fragilidades na atuação do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau num horizonte temporal que compreende o período entre 2009 e 2020. A recorte inicial se refere ao contexto socio-temporal em que aconteceu uma das maiores fatalidades no país, a saber: o assassinato do presidente da república e chefe do estado maior general das forças armadas, o que culminou na formação de um governo de transição.

No desenvolvimento da pesquisa, buscou-se responder às seguintes questões de pesquisa: A que se devem as obstruções nas atuações do Tribunal de Contas? Até que ponto os fatores estruturais contribuem na fragilização das instituições do controle externo? Que ações e políticas devem ser empreendidas para resgatar as instituições de controle externo nas mãos dos atores políticos? Essas inquietações/questões de pesquisa nos levarão a compreender as causas das obstruções e fragilidades nas atuações do Tribunal de Contas que, até então, se verificam, e assim como nos possibilitará a propor soluções para esses entraves.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender os desafios e perspectivas de atuação das instituições de controle externo na Guiné-Bissau, com ênfase na atuação do Tribunal de Contas. Para tanto, seus objetivos específicos se voltaram a analisar a importância do controle externo para a administração pública, identificar as obstruções na atuação do tribunal de contas e suas causalidades e avaliar as fragilidades nas ações do tribunal de contas e identificar as possíveis soluções.

METODOLOGIA

Para a condução desta pesquisa, a metodologia adotada baseou-se em uma Revisão Integrativa da Literatura, cujo objetivo foi sintetizar de forma holística o conhecimento existente sobre o tema, reunindo diferentes perspectivas e estudos que abordam o funcionamento das instituições de controle externo, com foco específico no contexto da África Ocidental. Para garantir uma revisão robusta, foram incluídos artigos publicados entre os anos de 2020 a 2024, de modo a abranger as contribuições mais recentes e relevantes. As fontes de pesquisa selecionadas incluíram bases de dados amplamente reconhecidas: Lilacs, Periódicos Capes e Scielo, devido à sua credibilidade e à ampla cobertura de artigos revisados por pares.

Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram estabelecidos com base em tópicos específicos de interesse para a pesquisa. Incluíram-se estudos que abordassem diretamente o funcionamento e os desafios das instituições de controle externo em países em desenvolvimento, especialmente na África Ocidental, e artigos que apresentassem análises sobre governança pública e a transparência na utilização de recursos públicos.

As estratégias de busca foram estruturadas com o uso de palavras-chave como “Tribunal de Contas”,

ISSN: 2447-6161

“controle externo”, “África Ocidental”, “governança pública”, “transparência” e “recursos públicos”.

Para a análise dos resultados, foi adotado um processo sistemático de leitura e categorização dos artigos selecionados. Inicialmente, os estudos foram organizados em categorias temáticas de acordo com os principais tópicos abordados: obstruções políticas, fragilidades institucionais, e práticas de transparência na administração pública. Em seguida, foi realizada uma análise crítica comparativa entre os estudos, buscando identificar padrões, convergências e divergências entre os resultados apresentados. A Revisão Integrativa, ao reunir diferentes abordagens e perspectivas, forneceu uma base sólida para a formulação de recomendações práticas e fundamentadas para o fortalecimento do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau e de outras instituições de controle externo em contextos semelhantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa sobre os desafios e perspectivas de atuação das instituições de controle externo na Guiné-Bissau, com ênfase no Tribunal de Contas, encontra suporte teórico e empírico em diversos estudos que abordam temas semelhantes, tanto no contexto africano quanto em outras realidades de países em desenvolvimento. A análise permite identificar que o Tribunal de Contas da Guiné-Bissau enfrenta obstáculos significativos, como a interferência política, a falta de recursos adequados e a ausência de uma cultura consolidada de prestação de contas, fatores que também são discutidos em várias obras.

Barbosa (2021) destaca que a função primordial dos tribunais de contas é garantir a legalidade, legitimidade e economicidade das ações governamentais, o que é essencial para o fortalecimento da accountability em qualquer país. No entanto, a efetividade dessas instituições depende de sua autonomia e independência, condições que o Tribunal de Contas da Guiné-Bissau tem dificuldade de alcançar devido às constantes interferências políticas e à fragilidade das instituições, como também apontado por Da Silva e Júnior (2022). Esses autores discutem como a falta de accountability pública e a interferência política debilitam a atuação do Tribunal, impossibilitando que o controle externo funcione de maneira eficiente no contexto guineense.

No mesmo sentido, Djassi (2020) observa que o Tribunal de Contas da Guiné-Bissau enfrenta desafios adicionais ao auditar empresas públicas e sociedades de economia mista, com constantes desvios de recursos e má gestão. Essas práticas refletem uma cultura institucional que não valoriza a transparência, fato também analisado por Dos Santos et al. (2021), que reforçam que, apesar do esforço do Tribunal em realizar auditorias, a implementação de suas recomendações é frequentemente ignorada, evidenciando a fraqueza dos mecanismos de controle.

A partir dos estudos citados, fica evidente que as soluções passam por reformas institucionais que promovam a independência e a capacitação técnica, além da criação de mecanismos de accountability que garantam a implementação efetiva das auditorias e sanções.

CONCLUSÕES

A análise das instituições de controle externo, especialmente no contexto de países em desenvolvimento, como Guiné-Bissau e Angola, revela um cenário complexo e desafiador. Essas instituições, apesar de serem fundamentais para garantir a transparência, a accountability e a boa governança, enfrentam obstáculos significativos que comprometem sua efetividade. Entre os principais desafios estão a interferência política, a escassez de recursos tecnológicos e humanos, e a ausência de uma cultura consolidada de prestação de contas. O Tribunal de Contas, uma entidade vital no processo de fiscalização das contas públicas, tem sua atuação frequentemente minada por esses fatores, o que limita sua capacidade de promover a responsabilização e combater a corrupção.

Além disso, a falta de autonomia das instituições de controle externo é um problema recorrente, evidenciado

ISSN: 2447-6161

pela influência das elites políticas e pela resistência à implementação das recomendações emitidas por essas entidades. A precariedade na infraestrutura e na qualificação técnica dos auditores agrava ainda mais a situação, resultando em auditorias limitadas e na subutilização das ferramentas de controle. No entanto, apesar desses desafios, há um reconhecimento crescente da importância de fortalecer essas instituições por meio de reformas estruturais, que garantam independência, recursos adequados e uma atuação mais eficaz na fiscalização da administração pública.

Portanto, é imperativo que os governos desses países, juntamente com a sociedade civil e a comunidade internacional, adotem medidas para revitalizar e fortalecer as instituições de controle externo. Apenas por meio de uma abordagem integrada, que combine reformas legais, tecnológicas e educacionais, será possível superar as fragilidades existentes e criar um ambiente onde a transparência e a accountability sejam valores centrais na administração pública. Assim, o fortalecimento dessas instituições não apenas promoverá uma gestão mais responsável dos recursos públicos, mas também contribuirá para a consolidação da democracia e do Estado de Direito.

AGRADECIMENTOS

...

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Kássio Rogério. **Funções e atribuições dos tribunais de contas: a importância das instituições de controle externo**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário de Brasília, 2021. Disponível em: . Acesso em: 16 ago. 2024.

DA SILVA, Tonito; JÚNIOR, Antônio Carlos Brunozi. **Democracia e Accountability Pública na Guiné-Bissau**: A atuação do Tribunal de Contas. Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2022.

DJASSI, Tatiana dos Santos. **Controle externo na Administração pública de Guiné-Bissau**: uma análise dos relatórios da auditoria do tribunal de contas das empresas públicas e sociedades de economia mista (2016-2017). 2020. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4228. Acesso em: 16 ago. 2024.

DOS SANTOS, Tatiana et al. **Análise dos Relatórios de Auditoria do Tribunal de Contas de Guiné-Bissau das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista**. Administração de Empresas em Revista, v. 2, n. 24, p. 512-547, 2021.

MANGO, Felizberto Alberto. **Criação e desenvolvimento de uma instituição de controle externo na África**: o Tribunal de Contas da Guiné-Bissau (1992-2018). 2020.

ISSN: 2447-6161